



MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL

TERMO DE REFERÊNCIA
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Órgão licitante:	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul
Interessada:	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL
Modalidade/tipo:	Concorrência Eletrônica/ Menor Preço Global
Fundamento legal:	Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 16.996/2023 e alterações.
Objeto/serviço a ser contratado:	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para Implantação de Área de Lazer no bairro Três Rios do Sul, localizada na Rua 445 – Engenheiro Thomaz Cesar Fruet S/Nº, Bairro Três Rios do Sul – Jaraguá do Sul /SC, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, Projetos, Memorial Descritivo (Termo de Referência) e Planilha Orçamentária/Quantitativa.
Finalidade:	A Implantação de Área de Lazer no bairro Três Rios do Sul, localizada na Rua 445 – Engenheiro Thomaz Cesar Fruet S/Nº, Bairro Três Rios do Sul – Jaraguá do Sul /SC, inclui vários aspectos sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). Em resumo, a realização desses serviços são essenciais para garantir a funcionalidade, segurança, atratividade e conformidade com regulamentos, contribuindo assim para uma experiência positiva dos visitantes e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.
Valor máximo global	R\$ 1.309.745,34 (UM MILHÃO E TREZENTOS E NOVE MIL E SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) O valor máximo desta contratação e os valores unitários, quantidades, descrição dos subitens, todos estão mensurados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e QUANTITATIVA, anexa a este TR e será também anexada ao Edital de Licitação, para disponibilidade e vistas aos licitantes interessados a participar do certame.
Dotação orçamentária:	Descrição da Natureza da Despesa: 4.4.90 – Aplicações Diretas Dotação Orçamentária: 562 Recurso: Convênio nº 959248/2024 (Emenda) Recurso: contrapartida ao convênio nº 959248/2024(Recursos Próprios) Classificação Funcional Programática:39.004.27.813.1000.5600
Prazo de execução:	O prazo para execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte da expedição da respectiva ORDEM DE SERVIÇO. A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado no processo licitatório. Poderá haver prorrogação do prazo de execução e de vigência do contrato, devidamente justificado, consoante exigência da alínea “a” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c inciso IV do artigo 3º do Anexo III do Decreto Municipal n.º 16.996/2023.
Prazo de vigência:	O prazo de vigência do contrato, consoante exigência do inciso IV do artigo 3º do Anexo

	III do Decreto Municipal n.º 16.996/2023, será fixado em 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.
Forma e Condições de pagamento:	O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo à medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução. Além dos documentos relacionados no edital a contratada deverá apresentar junto com a nota fiscal os seguintes documentos: I – Diário de Obra do período correspondente a medição; II – Relatório Fotográfico dos serviços executados no período; Para pagamento da última nota fiscal a licitante deverá apresentar a CND do Cadastro Nacional de Obras ao fiscal técnico do contrato comprovando o cumprimento das exigências de caráter técnico.
Recebimento:	Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade das exigências contratuais. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.
Regime de Execução:	A execução do objeto desta contratação será realizada de forma direta, sob regime de entrega não parcelada.

Sr. Secretário Municipal, solicito abertura de licitação nos termos que seguem:

1 – Interesse Público:

A Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul tem como missão promover o desenvolvimento integral da comunidade por meio da cultura, esporte e lazer. Reconhecendo o papel fundamental do esporte como instrumento de inclusão social, saúde e integração, a Secretaria tem promovido eventos esportivos que contribuem para a formação cidadã e o fortalecimento do tecido social local.

A Implantação de Área de Lazer no Bairro Três Rios do Sul inclui vários aspectos sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021). Em resumo, a realização desses serviços são essenciais para garantir a funcionalidade, segurança, atratividade e conformidade com regulamentos, contribuindo assim para uma experiência positiva dos visitantes e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

a) Atendimento à Demanda da População: Identificação de uma demanda significativa da população por espaços de lazer e recreação na região de Jaraguá do Sul, especificamente no bairro Três Rios do Sul, com base em pesquisas, reclamações, sugestões ou demandas apresentadas por moradores, associações de bairro ou outros grupos organizados.

- b) Melhoria da Qualidade de Vida: Reconhecimento da importância de áreas de lazer para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, oferecendo espaços para prática de atividades físicas, convívio social, lazer e recreação, contribuindo assim para a saúde física e mental da população.
- c) Desenvolvimento Urbano e Valorização do Espaço Público: Investimento em infraestrutura urbana para promover o desenvolvimento e a valorização da cidade, criando espaços públicos atrativos e acessíveis que contribuam para a melhoria da paisagem urbana e para a integração social.
- d) Incentivo ao Turismo e ao Comércio Local: Criação de áreas de lazer que possam atrair visitantes e turistas para a região, contribuindo para o desenvolvimento local, fortalecimento do comércio e dos serviços relacionados.
- e) Cumprimento de Legislação ou Plano Diretor: Atendimento a legislações municipais, como o Plano Diretor Urbano, que podem estabelecer diretrizes e metas para a criação e preservação de áreas verdes e de lazer na cidade.
- f) Participação em Programas de Governo: Acesso a recursos financeiros de programas governamentais estaduais, federais ou internacionais que visam promover o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, mediante a realização de obras de infraestrutura urbana, como áreas de lazer.

1.1 Descrição da solução como um todo

Realizou-se uma pesquisa junto à comunidade para entender suas necessidades e preferências em relação a espaços de lazer, sendo identificada a Área localizada no bairro Três Rios do Sul como área potencial para Implantação da Área de Lazer, considerando a acessibilidade, segurança e disponibilidade de infraestrutura.

Dentro dos requisitos para sua construção estão:

- Variedade de Atividades: A área de lazer oferecerá uma variedade de atividades para pessoas de todas as idades e interesses. Isso inclui espaços para prática esportiva, playgrounds, áreas para piquenique, ciclovias, quadras esportivas e espaços de convívio.
- Integração com o Meio Ambiente: Valorização e preservação do ambiente natural ao redor da área de lazer, incorporando elementos de paisagismo, arborização e preservação de áreas verdes. Isso contribui para a qualidade ambiental da região e proporciona uma experiência mais agradável para os frequentadores.
- Acessibilidade Universal: A área de lazer será acessível a todas as pessoas, incluindo idosos, crianças, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Isso significa garantir a presença de rampas, calçadas acessíveis, instalações de playground adaptadas e sinalização adequada.
- Segurança: Priorização da segurança dos frequentadores da área de lazer, implementando medidas como iluminação adequada.

Esses aspectos, aliados ao envolvimento da comunidade no processo, são positivos e necessários para a implantação de uma área de lazer em Jaraguá do Sul que atenda às necessidades da população, promova o bem-estar e a qualidade de vida, e contribua para o desenvolvimento sustentável da região.

Objetivos do Projeto

- a) Criar um espaço de lazer acessível, seguro e atrativo para a comunidade local.
- b) Promover atividades recreativas, culturais e desportivas.
- c) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e visitantes.
- d) Áreas Verdes: Planejamento de áreas ajardinadas, árvores, arbustos e gramados.

e) Zonas de Atividades: Definição de zonas para diferentes atividades, como playground, brinquedos adaptados PCD, áreas de piquenique, quadras desportivas de areia para vôlei e futebol e academia da terceira idade.

f) Espaços de Convívio: Inclusão de áreas para convivência com bancos para a comunidade.

g) Proporcionar infraestrutura necessária quanto:

g1) Iluminação: Planejamento de um sistema de iluminação eficiente para garantir a segurança durante a noite.

g2) Abastecimento de Água e Saneamento: Instalação de bebedouro e sistemas de drenagem para evitar alagamentos.

g3) Segurança: Implementação de sinalização adequada e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Escopo do Projeto

1. Preparação

- Inspeção Inicial: Avaliação detalhada das condições atuais do local.
- Planejamento: Desenvolvimento de um cronograma detalhado para minimizar a interrupção das atividades na obra devido falta de planejamento.

2. Construção e Implantação

- Preparação do Terreno:
 - Limpeza e nivelamento do terreno.
 - Implementação de sistemas de drenagem para evitar alagamentos.
- Construção de Infraestruturas:
 - Instalação de equipamentos recreativos (playgrounds, brinquedos adaptáveis PCD, academias ao ar livre, bancos, alambrados e etc.).
- Pavimentação:
 - Pavimentação de áreas de circulação e estacionamento, calçadas de concreto e de bloco intertravado para caminhadas.

Benefícios do Projeto

1. Melhoria Estética: Renovação visual da localidade, tornando-a mais atrativa para eventos e visitantes.
2. Segurança e Higiene: Garantia de um ambiente limpo e seguro, conforme as normas de higiene e segurança.
3. Valorização do Patrimônio: Manutenção do valor e da funcionalidade do patrimônio público.

Cronograma e Custo

- Duração do Projeto: Estimativa de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão de todas as etapas.
- Custo Estimado: Valor total do projeto é de R\$ 1.309.745,34 (UM MILHÃO E TREZENTOS E NOVE MIL E SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS);

Ainda, A CONTRATADA terá um prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, para realizar a manutenção e resolver pendências que envolvam a garantia da obra, após a solicitação da Fiscalização de Obras desta Secretaria, e em caso excepcional poderá ser dilatado esse prazo.

Após o Recebimento Provisório da obra, a CONTRATADA e ou seus sócios proprietários responderão solidariamente pelas GARANTIAS integrais e, quando necessário, darão manutenção, sem qualquer ônus para esta Secretaria, dos itens da planilha orçamentária e sem prejuízo do que prevê a legislação específica.

2 – Recurso orçamentário:

a) A obra está contemplada no PPA e há previsão da obra na LDO, conforme demonstra a especificação da dotação orçamentária abaixo;

Classificação Funcional Programática	Projeto/ Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos	Valor (R\$)
39.004.27.813.1000.5600	Implantação de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer	4.4.90 – Aplicações diretas	562	Recursos oriundos ao convênio nº 959248/2024 (Emenda)	R\$ 1.241.500,00
				Contrapartida ao convênio nº 959248/2024 (Recursos Próprios)	R\$ 68.924,66

2.1– Estimativa das quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇOS INICIAIS		
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	3,75
1.2	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	2.704,26
1.3	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M. AF_03/2024	UN	3,00
1.4	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M. AF_03/2024	UN	3,00
1.5	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ – CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	270,42
1.6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.704,26
1.7	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	1,00
1.8	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL DE 150 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	1,00
1.9	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D	UN	1,00
1.10	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC DN 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,00
1.11	LOCAÇAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	6,00

1.12	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS (NÃO INCLUI MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO)	MES	6,00
1.13	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	272,20
1.14	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	250,00
1.15	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA) - 40 HORAS MENSAIS	H	240,00
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA – REGULARIZAÇÃO		
2.1	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	M2	2.704,26
2.2	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M³) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M³, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	265,05
2.3	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	27,06
2.4		M3	237,99
2.5	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.379,90
3	DRENAGEM		
3.1	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES. AF_07/2021	M	194,80
3.2	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ- MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,5 M. AF_12/2020	UN	2,00
3.3	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE CONCRETO SIMPLES POROSO, DN 200 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	171,08
3.4	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 300 MM	M	124,30
3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_03/2024	M	124,30
3.6	CAIXA COM GRELHA SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ- MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,0 M. AF_12/2020	UN	35,00
3.7	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M³), LARG. MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	171,60
3.8	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	134,32
3.9	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	37,28
3.10	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	372,80
4	PAVIMENTAÇÃO		
4.1	PISOS DE CONCRETO		
4.1.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	394,46
4.1.2	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	80,01
4.1.3	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_01/2024	M3	50,28

4.1.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	685,63
4.1.5	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022 (ACABAMENTO LAVADO)	M2	44,49
4.1.6	EXECUÇÃO DE RADIER, ESPESSURA DE 10 CM, FCK = 30 MPA, COM USO DE FORMAS EM MADEIRA SERRADA. AF_09/2021	M2	321,02
4.1.7	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021 - QUADRA BASQUETE	M2	236,31
4.1.8	PREPARO DE CONTRAPISO COM POLITRIZ. AF_09/2020 - POLIDORA DE PISO CALÇADAS E PISO ACADEMIA	M2	770,34
4.1.9	EXECUÇÃO DE JUNTAS DE CONTRAÇÃO PARA PAVIMENTOS DE CONCRETO. AF_04/2022	M	265,88
4.1.10	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE PU, INCLUSO PREENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANSIVA PU. AF_09/2023	M	265,88
4.1.11	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	M2	91,31
4.2	QUADRA E PLAYGROUND		
4.2.1	GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DE 31 KN/M (RT-31), INSTALADO EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	M2	552,65
4.2.2	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	114,16
4.2.3	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	51,63
4.2.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.657,90
4.2.5	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_11/2019	M3	165,79
5	PINTURA		
5.1	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021 - MEIO FIO JUNTO A RUA	M	141,25
5.2	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	123,86
5.3	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023 (MURETAS E BASE PLACA INAUGURAÇÃO)	M2	44,87
5.4	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023 (MURETAS E BASE PLACA INAUGURAÇÃO)	M2	44,87
5.5	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE (GUARDA-CORPO E CORRIMÃO)	M2	78,28
5.6	PINTURA COM TINTA EPOXÍDICA DE ACABAMENTO PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE (GUARDA-CORPO E CORRIMÃO)	M2	78,28
6	FECHAMENTOS E PROTEÇÕES		
6.1	ALAMBRADO PARA AS QUADRAS		
6.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	47,62
6.1.2	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL DE 150 DAN, ENGASTAMENTO BASE CONCRETADA COM 1 M DE CONCRETO E 0,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	16,00
6.1.3	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D	UN	16,00
6.1.4	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_01/2024	M3	1,65
6.1.5	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	124,55

6.1.6	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	258,19
6.1.7	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	209,80
6.1.8	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	12,46
6.1.9	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	40,86
6.1.10	ARMAÇÃO DE CINTA DE ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_09/2021	KG	52,94
6.1.11	GRAUTEAMENTO DE CINTA SUPERIOR E DE PILARETE EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021	M3	1,90
6.1.12	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE	M2	747,16
6.1.13	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE (PORTÕES)	M2	6,54
6.2	CERCA TERRENO – ALTURA 1,20M		
6.2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	28,57
6.2.2	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_01/2024	M3	1,15
6.2.3	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	84,60
6.2.4	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	175,52
6.2.5	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	142,50
6.2.6	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	8,46
6.2.7	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE (ALTURA 1,20M)	M2	126,96
6.3	GUARDA-CORPO E CORRIMÃO		
6.3.1	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2 ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2 , GRADIL FORMADO POR BARRAS CHATAS EM FERRO DE 32X4,8MM, FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_PS	M	56,96
6.3.2	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_PS - EXECUTAR NAS 2 ALTURAS 92CM E 70CM	M	119,60
7	EQUIPAMENTOS		
7.1	EQUIPAMENTOS GINÁSTICA		
7.1.1	INSTALAÇÃO DE PLACA ORIENTATIVA SOBRE EXERCÍCIOS, 2,00M X 1,00M, EM TUBO DE AÇO CARBONO - PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.1.2	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.1.3	INSTALAÇÃO DE PRESSÃO DE PERNAS TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00

7.1.4	INSTALAÇÃO DE ESQUI TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.1.5	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.1.6	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAVALGADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00

7.1.7	INSTALAÇÃO DE MULTIEXERCITADOR COM SEIS FUNÇÕES, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.1.8	INSTALAÇÃO DE ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA, APARELHO TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	1,00
7.2	EQUIPAMENTOS PARQUE INFANTIL		
7.2.1	BALANÇO FRONTAL ADAPTADO PARA CADEIRANTE	UN	1,00
7.2.2	GIRA GIRA PARA PCD	UN	1,00
7.2.3	PARQUE INFANTIL COM 04 TORRES, DOIS BALANÇOS, ESCORREGADOR, RAMPA E TOBOGÃ.	UN	1,00
7.2.4	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	3,00
7.3	MOBILIÁRIO URBANO		
7.3.1	INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	18,00
7.3.2	PARACICLO MODELO U INVERTIDO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO CURVADO.	UN	12,00
7.3.3	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00
7.4	EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS		
7.4.1	PAR DE TABELAS DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS E REDES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	1,00
7.4.2	CONJUNTO PARA FUTSAL COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 3,00 X 2,00 M EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" COM REQUADROS EM TUBO DE 1", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 4 MM	UN	1,00
7.4.3	CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM POSTES EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3", H = *255* CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTETICO, REDE DE NYLON COM 2 MM, MALHA 10 X 10 CM E ANTENAS OFICIAIS EM FIBRA DE VIDRO	UN	1,00
7.4.4	REDE DE PROTEÇÃO PARA COBERTURA DA QUADRA DE AREIA	UN	1,00
8	PAISAGISMO		
8.1	APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_07/2024	M2	1.338,70
8.2	APLICAÇÃO DE CALCÁRIO PARA CORREÇÃO DO PH DO SOLO. AF_07/2024	M2	1.338,70
8.3	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024 - ARAÇA	UN	8,00
8.4	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024 - PITANGUEIRA	UN	4,00
8.5	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024 - SETE COPAS	UN	2,00
8.6	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024 - IPÊ ROSA	UN	16,00
8.7	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024 - JACARANDÁ	UN	5,00

8.8	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024 - AGAPANTHUS AZUL (04 UNID P/M2)	UN	227,00
8.9	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024 - ALPINA (03 UNID POR M2)	UN	145,00
8.10	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024 - MOREIA (03 UNID POR M2)	UN	149,00
8.11	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024 - BARBA DE SERPENTE (04 UNID P/M2)	UN	82,00
8.12	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024 - HEMEROCALIS (04 UNID P/M2)	UN	144,00
8.13	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_07/2024 - COM BEGÔNIAS	M2	28,23
8.14	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	1.310,47
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
9.1	ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA		
9.1.1	CABECOTE PARA ENTRADA DE LINHA DE ALIMENTACAO PARA ELETRODUTO, EM LIGA DE ALUMINIO COM ACABAMENTO ANTI CORROSIVO, COM FIXACAO POR ENCAIXE LISO DE 360 GRAUS, DE 1"	UN	1,00
9.1.2	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	36,00
9.1.3	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	25,00
9.1.4	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	428,00
9.1.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	364,00
9.1.6	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	8,00
9.1.7	CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO	M	18,00
9.1.8	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	198,00
9.1.9	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	44,00
9.1.10	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	12,00
9.1.11	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_12/2020	UN	2,00
9.1.12	TAMPAO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE A15 CARGA MAX. 1,5 T, 400 X 600 MM (COM INSCRICAO EM RELEVO DO TIPO DE REDE)	UN	2,00
9.1.13	CONECTOR A MOLA ATÉ 4MM² 2 PÓLOS REF. WAGO 221-412	UN	54,00
9.1.14	CONECTOR A MOLAS ATÉ 4MM² 5 PÓLOS REF. WAGO 221-415	UN	30,00
9.1.15	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	15,00
9.1.16	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	178,00
9.1.17	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1"), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	M	9,00
9.1.18	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	3,00
9.1.19	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 275 V, CORRENTE MAXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	UN	2,00

9.1.20	CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00
9.1.21	FITA DE SINALIZAÇÃO PARA ELETRODUTO SUBTERRÂNEO	M	137,00
9.1.22	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	14,00
9.1.23	LUVA PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, COM ROSCA, DIÂMETRO DE 32 MM (1 1/4")	UN	6,00
9.1.24	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	1,00
9.1.25	RELÉ SHORTING-CAP PARA LUMINÁRIA (SEM ACIONAMENTO FOTOELÉTRICO)	UN	18,00
9.1.26	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	7,00
9.1.27	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00
9.1.28	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00
9.1.29	INVÓLUCRO IP66 PARA CONEXÕES ELÉTRICAS (GELBOX) – TAMANHO 2 - 4MM²	UN	30,00
9.1.30	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, COM ROSCA, DIÂMETRO DE 25 MM (1"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	3,00
9.1.31	TERMINAL A COMPRESSÃO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM², 1 FURO E 1 COMPRESSÃO, PARA PARAFUSO DE FIXAÇÃO M6	UN	9,00
9.1.32	GRAMPO METÁLICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATÉ 5/8", CONDUTOR DE 10 A 25 MM²	UN	14,00
9.1.33	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00
9.1.34	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	3,00
9.1.35	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	UN	4,00
9.1.36	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA SOBERBA, DIÂMETRO 5/16", COMPRIMENTO 40 MM	UN	4,00
9.1.37	FITA AÇO INOX PARA CINTAR POSTE, L = 19 MM, E = 0,5 MM (ROLO DE 30M)	UN	1,00
9.1.38	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 25 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1,00
9.1.39	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 45 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1,00
9.1.40	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN	7,00
9.1.41	POSTE CÔNICO CONTÍNUO EM AÇO GALVANIZADO, RETO, ENGASTADO, H = 9 M, DIÂMETRO INFERIOR = *145* MM - COR PRETA	UN	8,00
9.1.42	BRACO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PARA FIXAÇÃO EM POSTE METÁLICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020 - CONFORME PREVISTO EM PROJETO	UN	16,00
9.1.43	POSTE CÔNICO CONTÍNUO EM AÇO GALVANIZADO, CURVO, BRACO DUPLO, FLANGEADO, H = 9 M, DIÂMETRO INFERIOR = *135* MM	UN	1,00
9.1.44	SUPORTE MÃO FRANCESA EM AÇO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MÍNIMA 70 KG, BRANCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 - PARA INSTALAÇÃO DOS REFLETORES EM POSTE (DUAS MÃOS FRANCESAS PARA CADA POSTE)	UN	8,00
9.1.45	REFLETOR LED 300W, 5000K, IP66, 100LUM/W	UN	16,00
9.1.46	LUMINÁRIA LED 150W, 20000 LUMENS, 4000K, IP66	UN	18,00
9.1.47	TERMINAL METÁLICO A PRESSÃO PARA 1 CABO DE 6 A 10 MM², COM 1 FURO DE FIXAÇÃO	UN	20,00
9.1.48	TERMINAL METÁLICO A PRESSÃO PARA 1 CABO DE 16 MM², COM 1 FURO DE FIXAÇÃO	UN	12,00
9.1.49	TERMINAL A COMPRESSÃO PARA CABO 2,5 MM²	UN	34,00

9.1.50	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 25 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	UN	2,00
9.1.51	TEMPORIZADOR DIGITAL 220 V - PARA TRILHO DIN - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNIDA DE	1,00
9.1.52	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO MOLE, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	76,72
9.1.53	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	75,00
9.1.54	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - INCLUÍDO A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS ELÉTRICOS (RESISTÊNCIA DE ATERRAMENTO, ISOLAMENTO ELÉTRICO DA INSTALAÇÃO) E EMISSÃO DE LAUDO CERTIFICANDO A CONFORMIDADE COM A NBR 5410 E A NR-10	H	64,00
9.1.55	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	50,00
10	SERVIÇOS FINAIS		
10.1	PLACA INAUGURAÇÃO		
10.1.1	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	1,35
10.1.2	GRAUTEAMENTO EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021 (FUNDAÇÃO, PILARETES E CINTA SUPERIOR)	M3	0,10
10.1.3	ARMAÇÃO DE VERGA, CONTRAVERGA E PILARETES PARA ALVENARIA ESTRUTURAL; DIÂMETRO DE 8,0 MM. AF_09/2021	KG	4,74
10.1.4	PLACA DE INAUGURACAO METALICA, *40* CM X *60* CM	UN	1,00
10.1.5	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	2,66
10.1.6	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICA COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	2,66
10.2	LIMPEZA FINAL		
10.2.1	LIMPEZA FINAL DE OBRA - PÁTIOS, CALÇADAS, CANTEIROS, AMBIENTES EXTERNOS SEM EDIFICAÇÃO (REF.SINAPI 99814-99811-98524)	M2	2.704,26
10.2.2	CARGA MANUAL E TRANSPORTE MECANIZADO EM CAÇAMBA DE RESÍDUOS E ENTULHOS DE OBRA, INCLUSO DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS. E CARGA E TRANSPORTE EM CARRINHO DE RESÍDUOS E ENTULHOS DA OBRA ATÉ A CAÇAMBA	M³	45,00

As quantidades foram estimadas em função do histórico de demandas anteriores e levantamento baseado nos projetos arquitetônicos existentes.

2.2 Cronograma de execução do objeto

O prazo para execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte da expedição da respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado no processo licitatório.

Poderá haver prorrogação do prazo de execução e de vigência do contrato, devidamente justificado, consoante exigência da alínea “a” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c inciso IV do artigo 3º do Anexo III do Decreto Municipal n.º 16.996/2023.

O prazo de vigência do contrato, consoante exigência do inciso IV do artigo 3º do Anexo III do Decreto Municipal n.º 16.996/2023, será fixado em 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.



PREFEITURA

JARAGUÁ DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

GABREF - Gabinete do Prefeito



CRONOGRAMA GLOBAL										No.do contrato		959248						
Agente promotor /		Município de Jaraguá do Sul																
Empreendimento		PAVIMENTAÇÃO / CALÇADAS ÁREA DE LAZER TRÊS RIOS DO SUL																
Logradouro		Rua Engenheiro Thomaz César Fruet																
Item	Descrição	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		Mês 05		Mês 06		Mês 07		Mês 08		Total
		%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
1	SERVIÇOS INICIAIS	90,00	110.256,14	10,00	12.250,68	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		122.506,82
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - REGULARIZAÇÃO	0,00		100,00	21.530,74	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		21.530,74
3	DRENAÇEM	0,00		100,00	102.459,47	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		102.459,47
4	PAVIMENTAÇÃO	0,00		0,00		60,00	176.995,30	40,00	117.996,87	0,00		0,00		0,00		0,00		294.992,17
5	PINTURA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		100,00	7.911,02	0,00		0,00		7.911,02
6	FECHAMENTOS E PROTEÇÕES	0,00		0,00		15,00	50.317,80	60,00	201.271,21	25,00	83.863,00	0,00		0,00		0,00		335.452,01
7	EQUIPAMENTOS	0,00		0,00		0,00		0,00		40,00	90.690,75	60,00	136.036,13	0,00		0,00		226.726,89
8	PAISAGISMO	0,00		0,00		0,00		0,00		70,00	60.273,21	30,00	25.831,38	0,00		0,00		86.104,59
9	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	10,00	9.805,05	10,00	9.805,04	10,00	9.805,04	50,00	49.025,21	15,00	14.707,56	5,00	4.902,52	0,00		0,00		98.050,42
10	SERVIÇOS FINAIS	0,00		0,00		5,00	700,56	5,00	700,56	5,00	700,56	85,00	11.909,53	0,00		0,00		14.011,21
TOT. (%)		9,17		11,15		18,16		28,17		19,11		14,25						100,00
Recurso		120.061,19		146.045,93		237.818,70		368.993,85		250.235,09		186.590,58						1.309.745,34
C. Fin.																		0,00
TOT. (R\$)		120.061,19		146.045,93		237.818,70		368.993,85		250.235,09		186.590,58						1.309.745,34

2.3 Modelo de execução do objeto

A execução da Implantação de Área de Lazer no Bairro Três Rios do Sul – Jaraguá do Sul/SC, será realizada de forma planejada e estruturada, garantindo eficiência, qualidade e minimização de interrupções nas atividades do local. Abaixo está o modelo detalhado de execução do projeto.

Fases do Projeto

1. Planejamento

Reunião Inicial:

- Objetivo: Alinhar expectativas e definir o escopo detalhado do projeto.
- Participantes: Representantes da administração da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer-SECEL, equipe de projeto e fornecedores.

Inspeção Técnica:

- Objetivo: Avaliar as condições atuais da área a ser Implantada a Área de Lazer;
- Atividades: Documentação de danos, levantamento de necessidades específicas e medição de áreas.

Desenvolvimento do Cronograma:

- Objetivo: Estabelecer um cronograma detalhado para todas as etapas do projeto.
- Atividades: Definição de prazos para cada fase para minimizar interrupções.

2. Preparação

Mobilização da Equipe:

- Objetivo: Organizar e preparar a equipe para o início dos trabalhos.
- Atividades: Treinamento em segurança, distribuição de tarefas e revisão do plano de trabalho.

Proteção de Áreas Sensíveis:

- Objetivo: Proteger áreas que não terão intervenção, como muros de divisa e etc..

3. Execução da Área de Lazer

Preparação das Superfícies:

- Objetivo: Garantir que as superfícies estejam prontas para receber as infraestruturas do objeto.

Inspeção de Qualidade:

- Objetivo: Garantir a qualidade do trabalho realizado.
- Atividades: Inspeção visual, retoques e correções necessárias.

4. Execução da Limpeza final de obra

Limpeza de obra:

- Objetivo: Realizar uma limpeza abrangente da Área de Lazer do Bairro Três Rios do Sul;
- Atividades: Remoção de detritos e sujeiras acumuladas.

5. Finalização

Desmobilização:

- Objetivo: Retirar equipamentos e materiais utilizados no projeto.
- Atividades: Desmontagem de instalações provisórias e limpeza final.

Inspeção Final:

- Objetivo: Garantir que todos os trabalhos foram realizados conforme o escopo e com qualidade.
- Atividades: Inspeção conjunta com representantes da administração da Secretaria de Cultura Esporte e Lazer – SECEL, elaboração de relatório de conclusão.

Entrega e Aceitação:

- Objetivo: Formalizar a entrega do projeto concluído.
- Atividades: Apresentação de documentação, assinaturas de aceitação e encerramento oficial do projeto.

Recursos Necessários

1. Materiais:

- Nivelamento do terreno;
- Locação de obra;
- Concreto usinado para calçadas e placas de concreto;
- Academias da terceira idade, playgrounds e brinquedos adaptáveis PCD;

2. Equipe:

- Gestor de Projeto.
- Engenheiros e Técnicos.
- Profissionais de construção Civil.

Benefícios do Modelo de Execução

Eficiência: O planejamento detalhado e a execução organizada garantem que o projeto seja concluído dentro do prazo e do orçamento.

Qualidade: A utilização de materiais de alta qualidade e técnicas profissionais assegura um resultado duradouro e esteticamente agradável.

Transparência: Relatórios detalhados e comunicação constante com a administração da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL garantem transparência em todas as etapas do projeto.

3 – Informações relevantes a contratação:

a) O imóvel pertence à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul;

MATRÍCULA IMOBILIÁRIA			
MI	85160	CAD	67306

b) O Projeto Arquitetônico é de autoria da Arquiteta e Urbanista Jackeline Vanessa Gonzaga devidamente registrado no CAU-SC sob nº A643939, conforme RRT nº 14837872(Anexa); O Projeto Elétrico é de autoria do Engenheiro Eletricista Marcelo Elias da Silveira, devidamente registrado no CREA-SC sob nº 124826-3, conforme ART nº 7489279-6 (Anexa); O Orçamento de licitação é de autoria da Arquiteta e Urbanista Jackeline Vanessa Gonzaga, devidamente registrado no CAU-SC sob nº A643939, conforme RRT nº 14837872 (Anexa); a Topografia – levantamento planialtimétrico é do Tecnólogo em Agrimensura Charlinho Reis dos Santos, devidamente registrado no CREA-SC sob nº 152967-9-SC, conforme ART nº 9627493-4 (Anexa).

b.1) O Memorial Descritivo é de autoria da Arquiteta e Urbanista Jackeline Vanessa Gonzaga devidamente registrado no CAU-SC sob nº A643939, conforme RRT nº 14837872(Anexa);

b.2) O Cronograma físico e financeiro é de autoria da Arquiteta e Urbanista Jackeline Vanessa Gonzaga devidamente registrado no CAU-SC sob nº A643939, conforme RRT nº 14837872(Anexa);

b.3) A composição do BDI é de autoria da Arquiteta e Urbanista Jackeline Vanessa Gonzaga devidamente registrado no CAU-SC sob nº A643939, conforme RRT nº 14837872(Anexa);

b.4) O BDI estimado encontra-se inserido da Planilha Orçamentária/Quantitativa, representada na ordem de 25,44% (Vinte e cinco inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento);

b.5) A documentação técnica indicada acima, serão anexos do Edital de Licitação e serão disponibilizados aos licitantes interessados a participar do certame.

c) Os prazos de planejamento e execução desta contratação, são razoáveis, conforme Cronograma Físico – Financeiro registrado acima e comprovado em anexo a este;

d) O Fiscal do contrato: Engenheira Civil Silvana Regina Louro Lacerda, MATRÍCULA: id 115468, devidamente registrado no CREA-SC sob nº 188.160-9;

e) O Gestor do Contrato: Josiane Cristina de Freitas – MATRÍCULA: id10710;

f) Os critérios de julgamento:

(X) MENOR PREÇO;

() MAIOR DESCONTO;

g) Tipo da contratação:

(x) Obras e Serviços comuns de engenharia; publicação: 10 (dez) dias úteis.

() Obras e Serviços especiais de engenharia; publicação: 25 (vinte e cinco) dias úteis.

h) O regime de execução:

(x) Empreitada por preço unitário;

() Empreitada por preço global;

i) Certidão de Dispensa Ambiental nº 163/2024 (em anexo);

j) Índice de reajuste: Índice Nacional da Construção Civil – INCC-M, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

k) matriz de riscos – artigo 6º inciso XXVII da LF 14.133/2021:

(X) Para a presente contratação, não será necessária a observação de matriz de risco.

l) ESCLARECIMENTO, informações ou outros elementos necessários a esta contratação/aquisição, deverão ser encaminhados eletronicamente na Plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

m) Vistoria técnica – Art.63:

Os interessados no conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, poderão agendar com o Sr (a). Silvana Regina Louro Lacerda, no telefone (47) 3270-4305, nos horários: Segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 hs,

n) A empresa vencedora do certame, deverá apresentar adequada ao último lance: a Proposta Comercial, a Planilha Orçamentária e Quantitativa, Composição do BDI e Cronograma Físico e Financeiro.

o) Forma de Fornecimento: O fornecimento do objeto será:

(x) integral () parcelado () continuado

p) Forma de seleção do Fornecedor; O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA (artigo 28, inciso II da L.F 14.133), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

q) Requisitos do Fornecedor: O Licitante deverá atender os requisitos de Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica – Artigo 62 incisos I, II, III, IV da LF 14.133/2021, conforme definido em Edital.

r) Exigência de garantia contratual – Art. 96 e seguintes:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

s) Permissão de subcontratação/terceirização

Será permitida a subcontratação de itens constantes na Planilha Orçamentária, como segue:

Itens:

1.11 LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA
 SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1

- 1.12 MICTORIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)
LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1
SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS
INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)
- 6.1.12 ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA,
ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO,
(MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS
COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO,
FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO
MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE
- 6.1.13 ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA,
ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO,
(MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS
COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO,
FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO
MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE (PORTÕES)
- 6.2.7 ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA,
ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO,
(MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS
COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO,
FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO
MURETA). AF_03/2021 NA COR VERDE (ALTURA 1,20M)
- 6.3.1 GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE
ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/2 ESPAÇADOS DE
1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 2 , GRADIL FORMADO POR
BARRAS CHATAS EM FERRO DE 32X4,8MM, FIXADO COM
CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_PS
- 6.3.2 CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO
GALVANIZADO. AF_04/2019_PS - EXECUTAR NAS 2 ALTURAS
92CM E 70CM
- 7.1.1 INSTALAÇÃO DE PLACA ORIENTATIVA SOBRE EXERCÍCIOS,
2,00M X 1,00M, EM TUBO DE AÇO CARBONO - PARA
ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE -
ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE.
AF_10/2021
- 7.1.2 INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL, EM
TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA
PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA
IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO
EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.1.3 INSTALAÇÃO DE PRESSÃO DE PERNAS TRIPLO, EM TUBO DE
AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA
ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE -

ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE.
AF_10/2021

- 7.1.4 INSTALAÇÃO DE ESQUI TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.1.5 INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.1.6 INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAVALGADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.1.7 INSTALAÇÃO DE MULTIEXERCITADOR COM SEIS FUNÇÕES, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.1.8 INSTALAÇÃO DE ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLA, APARELHO TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021
- 7.2.1 BALANÇO FRONTAL ADAPTADO PARA CADEIRANTE
- 7.2.2 GIRA GIRA PARA PCD
- 7.2.3 PARQUE INFANTIL COM 04 TORRES, DOIS BALANÇOS, ESCORREGADOR, RAMPA E TOBOGÃ.

Sendo vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4 – Requisitos para a contratação:

4.1 - Comprovação Técnica operacional (art. 67 LF 14.133/2021):

A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa proponente executou objeto equivalente ao licitado, em conformidade com o disposto no ART. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O ATESTADO deverá estar acompanhado da correspondente CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT), devidamente registrada no CAU ou CREA, conforme a natureza da atividade técnica, sendo exigida a comprovação de execução em metragem quadrada correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento)

da quantidade total prevista na Planilha Orçamentária/Quantitativa, limitada aos itens de maior relevância, conforme descritos a seguir:

- EXECUÇÃO DE EXECUÇÃO DE RADIER OU LAJE DE CONCRETO MACIÇA (ARMADA) OU LAJE SOBRE SOLO DE CONCRETO MACIÇO (ARMADA), ACABAMENTO CONVENCIONAL ESPESSURA MÍNIMA DE 10 CM: **160.51 M²**
- EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA MÍNIMA 6 CM,: **342,81 M²**

A justificativa para a exigência de comprovação de acervo técnico para EXECUÇÃO DE EXECUÇÃO DE RADIER OU LAJE DE CONCRETO MACIÇA (ARMADA) OU LAJE SOBRE SOLO DE CONCRETO MACIÇO (ARMADA) se dá pela segurança estrutural, conformidade com normas técnicas e durabilidade da obra. A exigência do acervo técnico visa garantir que apenas empresas qualificadas, com experiência em execução de raders/lajes de fundação robustas, participem da licitação. Empresas sem experiência podem subdimensionar a estrutura, comprometendo a qualidade da obra.

O Radier ou laje de concreto maciça com 10 cm de espessura garante maior resistência e durabilidade, reduzindo o risco de fissuras e recalques diferenciais. Para cargas moderadas a elevadas, um radier ou laje de concreto maciça muito fina (< 10 cm) pode comprometer a integridade estrutural, principalmente em solos de baixa capacidade de suporte.

A NBR 6118 (Projeto de Estruturas de Concreto) e a NBR 6120 (Cargas para o Cálculo de Estruturas) indicam que a espessura mínima do radier/laje de concreto maciça armada deve ser compatível com as cargas aplicadas e a resistência do solo. Ainda, em obras públicas e privadas, raders com menos de 10 cm são incomuns, pois podem resultar em menor desempenho estrutural

Da mesma forma, a exigência de comprovação de acervo técnico de (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA MÍNIMA 6 CM visa garantir segurança, durabilidade e conformidade com normas técnicas. Calçadas e pisos de concreto com espessuras mínimas de 6 cm, evitando trincas prematuras e deslocamento, garantindo maior resistência ao tráfego de pedestres, bicicletas e veículos leves.

A especificação atende aos requisitos de:

- NBR 9050 (Acessibilidade em Vias Públicas) – Define parâmetros para garantir superfícies firmes, estáveis e contínuas.
- NBR 9781 (Blocos de Concreto para Pavimentação) – Reforça a necessidade de pavimentos duráveis e resistentes a esforços mecânicos.
- NBR 6118 (Projeto de Estruturas de Concreto) – Orienta sobre o uso adequado de concreto armado para garantir segurança e resistência

Assim, a exigência do acervo técnico visa garantir que apenas empresas qualificadas, com experiência em execução de calçadas e calçadas/pisos de concreto com espessura mínima de 6cm, participem da licitação. A execução de uma calçada ou piso de concreto com 6 cm de espessura difere significativamente dos pisos com espessuras menores (< 6 cm) em termos de preparação do solo, concretagem e acabamento.

Justificamos essa comprovação de capacidade técnica, pois a jurisprudência do TCE/SC tem considerado aceitável a comprovação de até 50% da execução pretendida, limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado. Nesse caso, a equipe técnica de engenharia da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL, justamente para preservar a competitividade, garantindo a isonomia e possibilitando a proposta mais vantajosa para a administração, solicita a comprovação de que as empresas participantes apresentem comprovação da capacidade técnica mínima para participar do certame.

Sobre os ATESTADOS de capacidade técnica o comprovante deverá conter:

- a) Papel timbrado de quem emite (empresa privada ou órgão público).
- b) Emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, demonstrando que a proponente já executou ou está executando serviços iguais ou similares ao objeto deste edital. Assinatura do responsável da empresa pública ou privada emitente.
- c) Dados completos da empresa privada ou pública emitente: razão social, CNPJ, endereço e telefone do responsável.
- d) Dados completos da empresa requisitante: razão social, CNPJ, endereço.
- e) Quantidade e descrição dos produtos e ou serviços fornecidos.
- f) Duração e o período do contrato ou serviço prestado.

A Prefeitura de Jaraguá do Sul reserva-se o direito de fazer diligência, caso julgue necessário, quanto às informações contidas no Atestado de Comprovação Técnica Operacional.

4.2 – Exigências para Habilitação:

Encerrada a etapa de negociação e aceitação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) no endereço <https://certidoes.cgu.gov.br/> e/ou:
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br)
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portal.datransparencia.gov.br).
 - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).
 - e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).
- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

- Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação e serão os seguintes:

– No caso de licitantes consorciadas, os documentos exigidos para aferição da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e declarações deverão ser apresentados por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório de atestados entre as consorciadas, conforme regramento estabelecido na exigência da comprovação técnica. A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira tem que ser atendida integralmente por todas as consorciadas. A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

4.2.1-Habilitação Jurídica

– Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, registrado na Junta Comercial, acompanhado das alterações contratuais ou da última consolidação em diante, devidamente registrado, se for o caso.

– Empresas consorciadas, apresentar instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação do nome do consórcio e da empresa líder que será a responsável principal perante a Administração, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas.

– A participação da empresa líder do consórcio far-se-á por intermédio de seu representante legal ou procurador, devidamente comprovado.

– A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber, dar quitação e representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recurso, firmar contrato, caso vencedor e praticar todos os atos necessários para a perfeita execução do objeto licitado. Em se tratando de consórcio com a participação de empresa estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira.

4.2.2- Regularidade Fiscal e Trabalhista

– Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

– Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

– Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.

- Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual;

- Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Municipal;

- Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

4.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão Negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da Licitante.

4.2.4 - Declarações complementares de apresentação obrigatória:

- Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO do Edital).

- Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal (ANEXO do Edital).

- Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado

à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufera Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. (ANEXO do Edital).

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 (ANEXO do Edital).
- Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (ANEXO do Edital).
- Declaração que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, a Licitante não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (ANEXO do Edital).
- Declaração de inexistência de vínculo familiar (ANEXO do Edital).

4.2.5 – Balanço Patrimonial: (art.65 e 67 LF 14.133/2021).

A forma de comprovação da boa situação da licitante dar-se-á através da adoção de índices contábeis a seguir:

1) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Prova de capital social integralizado (devidamente registrado na Junta Comercial até a data da abertura dos envelopes para habilitação deste certame) ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do orçamento máximo dos serviços. O orçamento máximo consta em item específico deste edital. Se o Patrimônio líquido apurado for menor que o Capital social integralizado, será considerado o valor do Patrimônio líquido.		
2) – LIQUIDEZ GERAL =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	= mínimo de 1,00
3) – LIQUIDEZ CORRENTE =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	= mínimo de 1,00
4) – GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL =	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$	= máximo de 1,00

Em se tratando de empresa consorciada, a exigência acima deverá atender o equivalente a 20% (vinte por cento) do orçamento máximo do serviço (Art. 15 Par. 2º da LF 14.133/2021). Esta exigência não se aplica a consórcios compostos em sua totalidade de microempresas e pequenas empresas, devidamente comprovadas.

4.2.5.1 - justificativas para a adoção dos índices contábeis acima:

Em observação ao mencionado e seguindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade com o objeto, a complexidade dos serviços a serem contratados, objetivando obter a melhor proposta sem inviabilizar o caráter competitivo do certame, estabelece a Administração Pública do Município de Jaraguá do Sul os índices e indicadores contábeis demonstrados e justificados a seguir:

a) Patrimônio Líquido

É exigência a prova de capital social integralizado (devidamente registrado na Junta Comercial até a data da abertura da licitação) ou ainda patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do orçamento máximo previsto para esta contratação, caso o patrimônio líquido apurado seja menor que o capital social integralizado, será considerado o valor do patrimônio líquido.

Justifica-se a preferência pela utilização do patrimônio líquido, caso seja de menor valor em relação ao capital social, pois neste são demonstrados, além dos valores integralizados pelos sócios, os resultados obtidos pela empresa, onde a ocorrência de prejuízos tende a diminuir o saldo patrimonial, nesta mesma premissa a obtenção de lucros aumentará os respectivos valores.

Destaca-se que a exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo, possui estreita ligação com os compromissos que a futura contratada estará obrigada a assumir durante o prazo de vigência contratual, não se confundindo tal conceito com o valor mínimo de faturamento, tampouco com índices de rentabilidade ou lucratividade, o requisito destina-se a revelar a capacidade da futura contratada em transformar seus bens, ou

parte deles, em numerário para quitação de suas obrigações, sem que estas prejudiquem a execução do objeto a ser compactuado com a administração pública.

Desta forma, uma eventual crise na empresa contratada, causada por falhas administrativas internas não se espalharia, de imediato, para os demais interessados na execução do objeto, ou seja, aos trabalhadores, fornecedores e principalmente ao Poder Público.

De forma paralela, a administração pública terá como garantida uma forma eficiente para desempenho de suas funções, sendo que eventuais crises administrativas internas da contratada não poderão se espalhar facilmente, com reais chances de serem debeladas antes que ocorram suas consequências.

A segurança proporcionada pela contratada à administração do Município pode ser melhor medida em função do patrimônio líquido da primeira. Os indicadores referentes ao capital circulante líquido revelam situações mais flutuantes e sujeitas a dissimulações causadas, por exemplo, pelos empréstimos contratados, circunstância que indica uma boa situação financeira da empresa em determinados momentos sem revelar, no entanto, o detalhamento e a origem dos recursos obtidos, já o patrimônio líquido assegura a existência de capital próprio na empresa, oriundo de lucros e dos próprios acionistas na forma de integralizações, daí a importância deste indicador.

Assim sendo, evidencia-se e justifica-se a necessidade de se exigir a comprovação referente ao percentual mínimo do capital social e do Patrimônio Líquido em relação aos futuros investimentos a serem efetivados pela contratada.

b) Liquidez Geral

O denominado “Índice de Liquidez Geral” mede a capacidade da licitante no sentido de quitar suas obrigações de modo a utilizar a totalidade de seus próprios recursos disponíveis a curto, médio e longo prazos, constituindo-se de uma demonstração indispensável à futura contratação pois garante à administração pública a prerrogativa de observar o poder financeiro da pretensa contratada.

O índice de Liquidez Geral é representado pela seguinte fórmula:

(1)

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \text{mínimo } 1,00$$

Onde:

LG: Liquidez Geral

AC: Ativo Circulante

RLP: Ativo Realizável a Longo Prazo

PC: Passivo Circulante

PNC: Passivo Não Circulante

O objetivo da fórmula é demonstrar a relação existente entre os direitos e haveres, expressos pelo Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e as obrigações e dívidas, demonstradas pelos Passivos da empresa.

Os demais componentes do denominado Ativo Não Circulante não fazem parte da fórmula, pois representam os Investimentos, o Imobilizado e os Intangíveis que não serão considerados para demonstração da capacidade de quitação dos débitos da futura contratada, pois representam itens cuja conversão em unidades monetárias tende a ser mais lenta ou até mesmo dificultosa, assim classificados como sendo de realização não imediata.

circulantes, logo, conclui-se que o Passivo Circulante e Não Circulante, não poderá ser maior do que a soma do Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo.

Por unanimidade dos autores, considera-se que tais coeficientes representam o quanto a empresa dispõe de forma efetiva para quitação de suas dívidas.

Como parâmetro costuma-se considerar-se-á no certame como aceitáveis os índices iguais ou superiores ao valor de “1,00” (um) que ocorrem quando a empresa está com sua capacidade de pagamento aceitável.

A constatação de índices menores que o mencionado anteriormente indica que os ativos disponíveis a curto prazo (até doze meses após a data de publicação do balanço) acrescidos dos ativos realizáveis a longo prazo da empresa não são suficientes para a quitação imediata de suas dívidas, situação que evidencia insegurança para a Administração Municipal no que se refere a capacidade de cumprimento do objeto a ser contratado, motivo pelo qual justifica-se a utilização do indicador e seu respectivo índice mínimo de aceitabilidade.

c) Liquidez Corrente

Quociente que relaciona os valores que a empresa dispõe, de imediatamente e em prazo inferior a 12 (doze) meses contados da data de encerramento do balanço, para quitação de suas dívidas classificadas segundo o mesmo critério.

É representado pela seguinte fórmula:

(2)

$$LC = \frac{AC}{PC} = \text{mínimo } 1,00$$

Onde:

LC: Liquidez Corrente

AC: Ativo Circulante

PC: Passivo Circulante

É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

É preciso considerar que no numerador (Ativo Circulante) estão incluídos itens tão diversos como: Disponibilidade, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador (PC), estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo.

Com tal afirmação, pode-se concluir que a Liquidez Corrente relaciona o quanto que a empresa tem disponível e o quanto ela pode converter como liquidez imediata para pagar suas dívidas a curto prazo, neste caso o Passivo Circulante não poderá ser maior que o Ativo Circulante.

Mede a capacidade da empresa licitante em poder quitar suas obrigações de curto prazo de modo a utilizar recursos correntes da mesma forma disponíveis. É uma demonstração que mede o poder financeiro da pretensa contratada frente a suas obrigações imediatas durante um prazo de 12 (doze) meses, não são consideradas as dívidas e os direitos classificáveis como de longo prazo.

Pode ser considerada como uma demonstração complementar a Liquidez Geral.

No intuito de facilitar o entendimento do resultado da fórmula, o índice apresentado pode ser interpretado da seguinte forma: Para cada unidade monetária que a empresa possuir em dívidas, representadas pelos seus passivos de curto prazo, ela possui os valores dos direitos representados pelos ativos circulantes, logo, conclui-se que o Passivo Circulante, não poderá ser maior do que a soma do Ativo Circulante.

Assim sendo, como parâmetro costuma-se afirmar que estando ele acima do índice 1,00 a empresa está como uma capacidade de pagamento razoável.

Pode-se concluir que:

a obtenção de índices maiores do que “1,00” demonstra folga nos disponíveis para uma possível liquidação das obrigações da empresa;

índices idênticos a “1,00” demonstram que os valores dos direitos e das obrigações da empresa são equivalentes;

a obtenção de índices menores que “1,00” indica que não haveriam disponibilidades suficientes para quitação das obrigações de curto prazo da empresa.

A última situação mencionada anteriormente evidencia insegurança no que se refere a capacidade de cumprimento do objeto a ser contratado, hipótese na qual a Administração Municipal e principalmente o interesse público poderiam vir a serem prejudicados.

Considerando o exposto, justifica-se a escolha do indicador e a exigência de cumprimento do índice mínimo de Liquidez Corrente, já mencionado, por parte das empresas licitantes.

d) Grau de Endividamento Total

O Grau de Endividamento Total em relação ao ativo da empresa é um indicador utilizado na medição do comprometimento dos ativos da empresa junto a terceiros, não se utiliza do Patrimônio Líquido para a aferição dos índices, pois este último pode estar distorcido caso os sócios da empresa resolvam realizar distribuições de lucros.

Indica o quanto dos ativos estão financiados por terceiros e não o nível de endividamento em relação aos valores que estão sendo suportados com recursos próprios da empresa.

A tendência normal é que esse índice seja decrescente a medida em for evoluindo a situação patrimonial do empreendimento. Este índice demonstra que a empresa pode assumir dívidas que, segundo o edital, podem chegar, no máximo até o valor de seus ativos.

A relação entre a quantidade de capital de terceiros que está suportando os ativos da empresa seria classificável como quanto maior pior, todavia, um endividamento maior pode inclusive representar a possibilidade de melhores retornos futuros, fato obviamente associado ao perigo do maior risco financeiro que ocorre em função dos encargos e do custo do capital.

Para que ocorra a escolha da melhor proposta, é dever da Administração Pública promover a participação do maior número possível de empresas nos certames e a existência de financiamentos destinados aos investimentos, que invariavelmente ocasionam reflexos desfavoráveis nos índices de endividamento, não pode ser fator impeditivo da demanda.

Assim sendo, define-se a fórmula do Grau de Endividamento da forma demonstrada a seguir:

(3)

$$\text{GET} = \frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{AT}} = \text{máximo de 1,00}$$

Onde:

GET: Grau de Endividamento Total

PC: Passivo Circulante

PNC: Passivo Não Circulante

AT: Ativo Total

A obtenção de índices maiores do que “1,00” indica que os ativos da empresa não são suficientes para a quitação imediata de suas dívidas, evidenciando insegurança no que se refere a capacidade de cumprimento do objeto a ser contratado, com consequente comprometimento do interesse público e da Administração do Município.

Diante da presente, sugere-se à Administração Municipal estabelecer como parâmetro para processo licitatório o atendimento dos índices supracitados.

5 – Obrigações da Contratada para cumprimento do contrato:

5.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar até o limite permitido pelo artigo art. 125 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) manter no local da execução dos serviços, responsável técnico para responder às dúvidas relacionadas aos serviços, sempre que necessário ou solicitado pela Fiscalização do MUNICÍPIO.
- w) Prestar garantia de execução contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando da assinatura do instrumento contratual, em qualquer das formas previstas no art.96, da Lei 14.133/2021.
- x) Fornecer e manter durante o período de execução dos serviços, 01 (uma) placa, conforme material definido na Planilha Quantitativa e Orçamentária e modelo a ser definido no Edital, que deverá ser fixada no local dos serviços assim que esta for iniciada;
- y) executar os serviços objeto desta licitação com pessoal próprio, podendo ser terceirizado somente os serviços previamente autorizados pelo MUNICÍPIO, com fundamento no artigo 122 § 2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, não se admitindo a terceirização de serviços referentes ao corpo principal dos serviços.

6 – Penalidades: Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021,

6.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c.1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- e) fraudar a licitação
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - f.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - f.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e,
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

6.4 - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que dar causa à inexecução parcial do contrato; quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.4.1. A multa será recolhida conforme percentuais indicados no parágrafo 3º do art. 156 da Lei 14.133/2021 que corresponde ao mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial, conforme critérios abaixo:

- a) Para as infrações previstas no item 6.1 alíneas “a”, “b” e “c” a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas no item 6.1 alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, a multa será de 10 % (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

6.4.1 - Em caso de reincidência, multa compensatória de 5% (cinco por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor da Nota Fiscal, referente ao mês em que for constatado o novo descumprimento contratual;

6.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item 6.1 alíneas “a”, “b” e “c” quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 6.1 alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 6.1 alíneas “a”, “b” e “c” que justifiquem a imposição de

penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7 - Modelo de gestão;

- a) O contrato, deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) O fiscal do contrato, acompanhará a entrega/execução da mesma, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- c) O fiscal identificará qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato, emitirá notificações para a correção da entrega/execução, determinando prazo para a correção.
- d) O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- e) O gestor do contrato, emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na entrega/execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar relatório de atesto de cumprimento de obrigações.
- f) O gestor do contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Permissão de participação de empresas reunidas em consórcio:

Artigo 15 e incisos da Lei nº 14.133, de 2021

A participação de consórcio obedecerá às seguintes condições:

- a) As empresas consorciadas deverão apresentar instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com a indicação do nome do consórcio e da empresa líder que será a responsável principal perante a Administração, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas (tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato). A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber, dar quitação e representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recurso, firmar contrato e praticar todos os atos necessários para a perfeita execução do objeto licitado. Em se tratando de consórcio com a participação de empresa estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira;

A participação da empresa líder do consórcio far-se-á por intermédio de seu representante legal ou procurador, devidamente comprovados.

b) No caso de ser considerado vencedor, antes da assinatura do contrato, o consórcio fica obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso assumido, e subscrito pelos consorciados;

b.1 A comprovação de dará no ato da assinatura do contrato, sob apresentação da constituição e o registro do consórcio, consoante §3º do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

c) O consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da Administração;

c.1) No caso de aprovação pelo município, fica o Consórcio condicionado à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato – consoante §5º do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

d) Os documentos exigidos para aferição da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira quando for o caso, deverão ser apresentados por parte de cada consorciada, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, quando for o caso, o somatório de atestados entre as consorciadas, conforme regramento estabelecido no Edital. A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira, deve ser atendida integralmente por todas as consorciadas. Quando for caso e previsto no Edital, a exigência de avaliação de índices do Balanço Patrimonial, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação e ainda, em se tratando de empresa consorciada deverá atender o equivalente a 20% do orçamento máximo (Art.15 Par. 2º da LF 14.133/2021), não se aplicando a consórcios em sua totalidade por microempresas e pequenas empresas, devidamente comprovadas.

e) Haverá impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, de acordo com o inciso IV do artigo 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8 – Planilha dos itens e valores máximos:

Justificativa técnica e econômica da escolha da solução:

Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se a conclusão que a melhor solução técnica e econômico para o Município seria: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para Implantação de Área de Lazer no Três Rios do Sul, Jaraguá do Sul/SC, para suprir a demanda do objeto.

Conforme análise de contratações anteriores e itens SINAPI/SICRO com objetos similares, verifica-se que o valor de orçamento é equivalente ao do mercado regional para o objeto em questão. Por se tratar de prestação de serviços de engenharia, a eficiência na execução se fará mediante profissionais qualificados. Os materiais e recursos a serem utilizados são ambientalmente aprovados, mitigando dessa forma impactos ambientais e proporcionando a eficácia na prestação de serviços sustentáveis.

Em virtude de que os serviços de implantação de áreas de lazer serem realizados eventualmente e conforme demanda da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, não gera a necessidade de ter profissionais efetivos no quadro de servidores do Município de Jaraguá do Sul. Logo, a referida contratação insere-se e respeita os preceitos constitucionais da economicidade, entre outros.

Soma-se a isso o fato de que a contratação de empresa especializada na prestação deste serviço agregará uma boa imagem ao Município, tendo em vista que a contratada, ao atender os requisitos editalícios, se obrigará a prestar seus trabalhos com os padrões de qualidade adequados.

Fontes de Pesquisa:

As fontes consultadas para o levantamento de mercado foram o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) que é um sistema mantido pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras) que é um sistema que disponibiliza custos referências para realização de obras públicas rodoviárias no Brasil.

Esse levantamento de mercado utilizando os sistemas SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e SICRO (Sistema de Custos Rodoviários) é uma etapa essencial na elaboração de projetos de construção e infraestrutura no Brasil. Esses sistemas fornecem referências de custos e preços

de insumos, serviços e obras, garantindo maior precisão e transparência na estimativa de custos. A seguir, detalha-se o processo de levantamento de mercado utilizando esses sistemas:

8.1 Introdução ao SINAPI e SICRO

SINAPI: Mantido pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, o SINAPI é amplamente utilizado na construção civil para fornecer informações de custos e índices que auxiliam na elaboração de orçamentos de obras públicas e privadas.

SICRO: Desenvolvido pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), o SICRO é voltado para a área de infraestrutura rodoviária, fornecendo dados sobre custos de obras e serviços relacionados a rodovias.

8.1.1 Objetivos do Levantamento de Mercado

Precisão Orçamentária: Obter dados confiáveis para a elaboração de orçamentos detalhados.

Transparência: Garantir a transparência nos processos de contratação e execução de obras públicas.

Comparação de Preços: Comparar preços de insumos e serviços em diferentes regiões do país.

8.1.2 Metodologia de Levantamento

a. Coleta de Dados

- **Fontes de Dados:** Utilizar as bases de dados do SINAPI e SICRO, que são atualizadas periodicamente e contêm informações detalhadas sobre preços de insumos, serviços e índices de custos.
- **Consulta às Tabelas:** Acessar as tabelas de custos disponíveis nos sites oficiais do SINAPI e SICRO para obter os dados necessários.

b. Análise de Dados

- **Regionalização dos Preços:** Considerar as variações regionais nos preços dos insumos e serviços, conforme indicado nas tabelas dos sistemas.
- **Correção de Índices:** Aplicar os índices de correção fornecidos pelo SINAPI e SICRO para ajustar os preços conforme necessário.

8.1.3 Elaboração do Orçamento

- **Composição de Custos:** Utilizar as composições de custos fornecidas pelo SINAPI e SICRO para detalhar os itens do orçamento através do programa ENGEgov.
- **Inclusão de Encargos:** Incluir encargos sociais, tributos e demais despesas previstas nas composições dos sistemas.
- **Validação do Orçamento:** Revisar e validar o orçamento com base nas referências obtidas, garantindo que todos os itens estejam corretamente orçados.

Utilização de Ferramentas e Softwares

1. **Ferramentas Digitais:** Utilizar softwares específicos de orçamentação que integrem as bases de dados do SINAPI e SICRO, facilitando a coleta e análise dos dados (ENGEgov).
2. **Planilhas Eletrônicas:** Criar planilhas eletrônicas para organizar e calcular os custos de forma detalhada e precisa.

6. Benefícios do Levantamento com SINAPI e SICRO

4. Confiabilidade: Dados fornecidos por instituições reconhecidas nacionalmente, como a Caixa Econômica Federal, IBGE e DNIT.
5. Atualização: Informações periodicamente atualizadas para refletir as variações do mercado.
6. Padronização: Padrões de custo que facilitam a comparação e análise de diferentes projetos.

Outras Fontes de Pesquisa:

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o Decreto Municipal 16.996/2023 e a Lei Federal 14.133/2021:

- ☒ I. Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/app/>)
- ☐ II. Painel de Preços (<http://paineldepocos.planejamento.gov.br/>);
- ☐ III. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) à data da pesquisa de preços.
- ☐ IV. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Lote

1 Registro

Buscar nos itens

▼

1 - LOTE UNICO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Melhor Lance	V. Referência	Disputa	Situação
0001	SERVIÇOS DE ENGENHARIA C/ FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA C/ FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA	SV	1	--	R\$ 1159.694,59	AC Ampla Concorrência	Homologado



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 116/2024

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 16.996/2023 e suas alterações.

OBJETO - Constitui objeto da presente licitação, à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para Implantação de Área de Lazer no bairro Santo Antônio, localizada na Rua 839 Sizino Garcia, e rua 1351 sem nome– Bairro Santo Antônio – Jaraguá do Sul /SC, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais anexos do Edital.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 823.672,32 (Oitocentos e vinte e três mil e seiscentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Pode-se observar que as licitações encontradas são de implantação de uma área de lazer com características similares a Área de Lazer no bairro Três Rios do Sul e os valores médios estão dentro dos valores praticados no mercado.

9 – Documentação técnica em anexo:

- a) Planilha orçamentária;
- b) Cronograma físico e financeiro;
- c) Composição do BDI;
- d) Projeto Arquitetônico;
- e) Termo de Anuência Fiscal e Gestor do futuro contrato;
- f) Solicitação de Compras com seu devido bloqueio;
- g) RRT de orçamento nº 14837872, RRT de projeto arquitetônico nº 14837872, ART de projeto elétrico nº 7489279-6 e a ART de Topografia – levantamento planialtimétrico nº 9627493-4 (Anexa).;
- h) Dispensa de Licença Ambiental Nº163/2024;
- i) E.T.P (Estudo técnico Preliminar);
- j) D.F.D (Documento de Formalização de Demanda);

Sendo assim, solicita-se a abertura de licitação, sendo que a presente justificativa deverá ser encaminhada à Secretaria de Administração para condução do procedimento licitatório pelo Sr. Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, observados os prazos e formalidades legais.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de abril de 2025.

Gilberto Gesser
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer